

# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO - 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Fráncisco Manuel de Melo, 5, Lisboa—1.

ASSINATURAS	
As três séries Ano 8508	Semestre 4508
A 1.ª série 340 🖟	* 180 <i>å</i>
A 2.ª série 3408	• 180 å
A 3.ª série » 320\$	* 170 <b>3</b>
Apendices (art. 2.0, n.0 2, do Dec. n.0 365/70) — anual, 300&	
"Diário das Sessões" e "Actas da Câmara Corporativa" — por cada periodo legislativo, 3005	
Para o estrangeiro e altramar acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios é de 15% a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

#### IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

#### **AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

#### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho de Ministros:

#### Decreto-Lei n.º 289/74:

Prorroga por dez dias os prazos fixados no Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio.

#### Ministério da Coordenação Interterritorial:

#### Portaria n.º 386/74:

Concede à empresa Frifar — Entreposto Frigorífico da Baía Farta, S. A. R. L., isenção de direitos e da taxa de emolumentos gerais aduaneiros, na importação de uma embarcação destinada à pesca do camarão no Estado de Angola.

#### Ministério da Administração Interna:

#### Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

#### Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente:

#### Decreto-Lei n.º 290/74:

Extingue o conselho de administração do Serviço de Transportes Colectivos do Porto.

#### Ministério da Justiça:

#### Portaria n.º 387/74:

Aumenta o quadro do pessoal auxiliar do Cartório Notarial de Portimão.

#### Ministério da Coordenação Económica:

#### Decreto-Lei n.º 291/74:

Altera a redacção do § 2.º do artigo 96.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 27 de Abril de 1965.

### Ministérios do Equipamento Social e do Ambiente e dos Assuntos Sociais:

#### Portaria n.º 388/74:

Transfere para o Fundo de Fomento da Habitação os direitos e obrigações emergentes dos contratos celebrados entre a Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência e as câmaras municipais dos concelhos onde se situem os empreendimentos de casas de renda económica não adjudicados à data de 30 de Dezembro de 1972.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Decreto-Lei n.º 289/74 de 27 de Junho

O Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio, adoptou um conjunto de disposições transitórias destinadas a abrir caminho para as justas e prementes aspirações das classes trabalhadoras e a promover a dinamização da actividade económica.

Nele se prevê a publicação, no prazo de trinta dias, de medidas legislativas destinadas a concretizar aqueles objectivos.

Atendendo à complexidade e vastidão dessas medidas, por um lado, e, por outro, à circunstância de alguns dos diplomas legais a publicar estarem sujeitos à sanção do Conselho de Estado, nos termos do n.º 1, 2.º, b) e c), do artigo 13.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, torna-se absolutamente necessário prorrogar, por alguns dias, os prazos de publicação da referida legislação, o que implica a manutenção, pelo mesmo período, do regime de contenção de rendas, preços e salários fixados no mesmo diploma.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1, 3.º, do artigo 16.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo Provisório decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os prazos fixados no Decreto-Lei n.º 217/74 são prorrogados por dez dias.

Art. 2.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — Adelino da Palma Carlos.

Promulgado em 25 de Junho de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, António de Spínola.